

Eixo Capital



JÉSSICA EUFRÁSIO
jessicaeufrasio.df@dabr.com.br

Pesquisadores fazem alerta sobre cenários com ômicron no DF

Os brasilienses esperavam um momento de alívio neste fim de ano, diante do acesso de mais de 82% da população com mais de 12 anos às duas doses de vacinas contra a covid-19, no Distrito Federal. O que ninguém planejava, contudo, era ter um novo motivo para se preocupar, devido ao avanço da variante ômicron. Estimativas calculadas a pedido do **Correio** pelo pesquisador Breno Aidaí, do Centro Universitário Iesb e pós-doutor pela Universidade de Brasília (UnB), apontam uma média diária de, aproximadamente, 4 mil novos casos por dia a partir da segunda metade de janeiro. Atualmente, ela encontra-se abaixo de 100.



Possibilidades

O dado representa um cenário pessimista, mas Breno lembra que, em países onde a variante se disseminou, os registros têm dobrado a cada dois dias, em média. Na melhor das hipóteses, o DF teria números semelhantes aos da primeira onda, entre junho e setembro de 2020, só que com 40% das internações do período — o que não causaria outro colapso da saúde. “A estratégia está clara e sendo usada lá fora, que é adiantar a dose de reforço. Quanto mais gente vacinada com a terceira aplicação, menor será o impacto (da variante). A boa notícia é que as mortes não aumentam na mesma proporção”, completa.

Um porém

Breno lembra que o prognóstico só poderá se comprovar — para o bem ou para o mal — se houver ampla testagem da população, independentemente de terem sintomas ou não. Ele destaca que essa é a única maneira de os brasilienses e o poder público acompanharem, de fato, o avanço da variante. No DF, a medida ainda deixa a desejar.



MANDOU BEM

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) emitiu uma “carta de Natal” para informar aos responsáveis por crianças de 5 a 11 anos que não será cobrada prescrição médica para vacinação de meninos e meninas contra a covid-19, quando a campanha começar. Na quarta-feira, a Anvisa emitiu parecer que atesta a segurança do imunizante da Pfizer/BioNTech para aplicação nesse público.



MANDOU MAL

Uma magistrada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios negou pedido de ressarcimento com urgência a um casal que cobrou R\$ 4,5 mil e a emissão de passagens por outra companhia aérea após terem voo cancelado pela Itapemirim. A juíza argumentou que a viagem seria “a lazer” e não imprescindível. Como costumam dizer: um mero dissabor.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



À QUEIMA-ROUPA

CLAUDIO MAIEROVITCH

Sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília

O agressivo e preocupante avanço da ômicron por todo o mundo nos levará à estaca zero no combate à pandemia?

Certamente, não nos levará à estaca zero, em especial porque há muita gente vacinada. Entretanto, é provável que os números de casos, internações e mortes voltem a subir de forma preocupante.

Nesse sentido, o que podemos esperar para o início de 2022?

Ainda há um número grande de pessoas não vacinadas, particularmente crianças, o que pode manter uma circulação

ampla do vírus. A disseminação de uma variante mais transmissível, que escapa mais do controle vacinal do que as outras, aliada às aglomerações e viagens de fim de ano aumenta a chance de que voltemos a ver um aumento de casos, com as trágicas consequências que já conhecemos. Caso o governo pare de resistir e se apresse para vacinar as crianças, pode haver um controle melhor da doença.

O que cabe ao poder público para evitar uma situação como vimos nos períodos de pico de casos da covid-19?

Em primeiro lugar, garantir que todos os elegíveis, incluindo as crianças, recebam o esquema vacinal completo. Para frequência a locais de trabalho, estabelecimentos de ensino e para viagens, deveria ser exigido

o comprovante de vacinação. As medidas de distanciamento físico devem ser retomadas. Eventos que aglomeram pessoas, mesmo em lugares abertos, devem se manter suspensos. O uso de máscaras de boa qualidade, com as devidas orientações, deve ser exigido. Atividades em locais fechados que não possam ser interrompidas devem ser realizadas com ventilação adequada. Deveria ser dado acesso rápido para as pessoas, mesmo que não tenham sintomas, aos testes, principalmente os rápidos e autotestes. E são imprescindíveis campanhas de comunicação amplas sobre vacinas e as precauções.

E o que cabe à população?

Além de cobrar dos governos as medidas mencionadas, as pessoas devem se empenhar em seguir e manter os cuidados com

distanciamento físico, vacinação e uso de máscaras. Quem tiver qualquer sintoma ou contato próximo com alguém com sintomas deve se isolar voluntariamente, para não transmitir o vírus.

Existe algum motivo para proibição da vacinação de crianças contra a covid-19?

As vacinas disponíveis são extremamente seguras, podem e devem ser administradas em todas as crianças da faixa etária aprovada pela Anvisa. O risco de adoecer é muito maior.

Quanto à nova cepa do vírus influenza, que começou a circular antes de termos a versão “atualizada” da vacina contra a gripe: devemos nos preocupar?

A gripe costuma ser subestimada pelas pessoas, embora cause internações e mortes todos os

anos, principalmente de crianças pequenas, idosos e pessoas que têm doenças crônicas. Os cuidados que previnem a covid-19 também funcionam para a influenza, cujas formas de transmissão são semelhantes.

O que contribuiu para o surgimento das novas variantes dos dois vírus?

São dinâmicas diferentes. As variantes do Sars-CoV-2 surgem como resultado da quantidade de pessoas doentes em um intervalo de tempo. Mais transmissão significa mais chance de mutação do vírus. Já os vírus de gripe também sofrem mutações, mas a velocidade é menor. A pandemia e as medidas de prevenção provocaram mudanças na ocorrência de doenças respiratórias virais, trazendo uma epidemia fora da época habitual.

Um retrato do acesso à alimentação

Um estudo sobre desigualdade e políticas sociais divulgado recentemente mostrou como a covid-19 impactou o Distrito Federal socioeconomicamente.

A pesquisa revela que quase metade dos brasilienses (49,9%) enfrenta algum nível de insegurança alimentar — leve, moderada ou grave. Ao mesmo tempo, a taxa de pessoas em situação de segurança na capital do país (50,1%) ficou acima do resultado nacional mais recente: 40,6%, em 2020.

Comida saudável

Entre os resultados apresentados, há situações previsíveis: a insegurança alimentar afetou, principalmente, pessoas de regiões onde prevalecem rendas mais baixas; mulheres; grupos com pouca escolaridade; brasilienses desempregados e que perderam renda; além de pessoas não brancas. Ainda: 60% da população nessa condição em nível grave come até três tipos de itens saudáveis diariamente, enquanto 17% nunca os consome.



Guilherme Moreno/CEB/DA Press

Alcance de políticas públicas

O levantamento elaborado pelo Projeto ObservaDF ressalta, também, que 51% dos moradores da capital federal que recebem o Auxílio Emergencial estão em situação de insegurança alimentar grave. Porém, o programa é apontado como o único com efeito atenuador da condição para os mais pobres, em virtude da ampla cobertura — como deveria ser para políticas desse tipo.

Definição

“O conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil é definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de 2006. É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais”, explica Lúcio Rennó, do ObservaDF — vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e ao programa de pós-graduação na área pela instituição de ensino.

NO DETALHE

Da população do DF em situação de insegurança alimentar grave:

43%

Comem em restaurantes comunitários

30%

Recebem o Bolsa Família

19%

Fazem parte do programa Prato Cheio